

ISSN 1517-4425

CIBEC/INEP



B0025477

# CADERNOS DA TV ESCOLA



A IDADE DO BRASIL

2

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

81  
5811  
2



ESTE CADERNO COMPLEMENTA A SÉRIE DE VÍDEOS DA TV ESCOLA

## A IDADE DO BRASIL 2

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

N. 1/1339

**Presidente da República**

Fernando Henrique Cardoso

**Ministro da Educação e do Desporto**

Paulo Renato Souza

**Secretário de Educação a Distância**

Pedro Paulo Poppovic

**Secretaria de Educação a Distância**

*Cadernos da TV Escola*

**Diretor de Produção e Divulgação de Programas Educativos**

José Roberto Neffa Sadek

**Coordenação Geral**

Vera Maria Arantes

**Projeto**

José Roberto N. Sadek; Geraldino Vieira/Andi; Manoel Mannque/Unicef; Paulo Dionísio/TVE-Brasil; Renato Barbieri/Videografia; Victor Leonardi/UnB

**Organização e Pesquisa**

Kelerson Costa

**Projeto e Execução Editorial**

Elzira Arantes (texto) e Alex Furini (arte)

©1999 Secretaria de Educação a Distância/MEC Tiragem :  
110 mil exemplares

**Informações:**

Ministério da Educação e do Desporto

Secretaria de Educação a Distância

Esplanada dos Ministérios, Bloco L, sobreloja, sala 100 CEP 70047-900

Caixa Postal 9659 - CEP 70001-970 - Brasília/DF - Fax: (061) 410.9158

e-mail: [seed@seed.mec.gov.br](mailto:seed@seed.mec.gov.br)

Internet: <http://www.mec.gov.br/seed/tvescola>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Leonardi, Victor

A idade do Brasil 2 -Brasília : Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância, 1999.: 64 p.: il. ; 16 cm.- (Cadernos da TV Escola. Idade do Brasil ISSN 1517-4425 n.2)

1, Violência nas origens da sociedade brasileira. 2. História indígena. 3. Impunidade e cidadania. 4. Os imigrantes. I Brasil. Secretaria de Educação a Distância

CDU 3B1

# SUMARIO

## **A IDADE DO BRASIL**

*Victor Leonardi*

**Violência nas origens da sociedade brasileira**

**História indígena e história ambiental**

**Impunidade e cidadania**

**Os imigrantes**

**Anexo I - Indicações bibliográficas**

**Anexo II • Filmes e vídeos: sugestões**

**Fontes das ilustrações**

## VIOLENCIA NAS ORIGENS DA SOCIEDADE BRASILEIRA

A história da conquista dos sertões brasileiros é repleta de violência. Mas a constatação dessa dura realidade não deve conduzir ninguém, brasileiro ou europeu, a um sentimento de culpa em relação àqueles crimes. Ou, pior ainda, ao ódio em relação à própria civilização. Essas são atitudes masoquistas.

Eu não me deleito com os sofrimentos de meu próprio país, só quero entender os complicados processos psicossociais que fizeram da violência contra povos autóctones uma constante na história do Brasil. Ou melhor, entender como uma nação com origem tão dura pode ter traços tão meigos e carinhosos em suas formas diárias de viver, cultivando a alegria e a amizade como já não se cultivava na Europa e na América do Norte.

A expressão 'homem branco' é tão inadequada quanto a expressão Terceiro Mundo. A primeira compartimenta as responsabilidades históricas em nível racial. A segunda, em nível geoeconômico.

O homem branco não foi apenas o europeu, mas também o brasileiro, que muitas vezes contribuiu para o massacre de povos que falavam línguas tupi, jê, aruak ou karib em terras do Brasil. Aliás, esse tipo de brasileiro que praticava - e ainda pratica - violências no sertão

nem sempre é branco. Pode ser branco, negro, mulato, mestiço de brancos e índios ou de índios e negros.

### **Os africanos e o tráfico de escravos negros**

Falar dos brancos como os únicos escravistas (ou cúmplices do escravismo), e dos negros sempre como vítimas, é uma forma esquemática e simplificada de abordar uma questão que teve inúmeras nuances históricas complexas.

Alguns europeus, principalmente mestiços, desempenharam papéis decisivos no litoral da África, nos séculos 16, 17 e 18, como intermediários, nas feitorias que se dedicavam ao comércio negreiro no litoral.

**O tráfico no interior da África permaneceu essencialmente sob o controle de negros: reis, ministros, chefes de clãs ou simples traficantes.**

Eram negros que organizavam razias no interior do continente africano, para capturar outros negros. Esses chefes do interior levavam para os negros do litoral prisioneiros de guerra e escravos de diversas procedências, que seriam revendidos para traficantes europeus.

Quando esse comércio de carne humana atingiu seu apogeu, na segunda metade do século 18, cerca de 80 mil escravos eram exportados por ano da África para a América. Em quase todos os portos de embarque havia cumplicidade e participação de negros nesse tráfico organizado pelos brancos em escala internacional.

Foi assim em Angola, em Benguela, no Congo, e também no golfo da Guiné. Pode-se mesmo afirmar

que alguns reinos negros da África Ocidental conseguiram seu poderio graças ao tráfico de escravos. O tráfico e as armas de fogo introduzidas pelos europeus fizeram dos negros ashanti, por exemplo, um povo voltado para a guerra e a escravização. O mesmo aconteceu no reino do Daomé. Outros reinos negros sofreram profundamente com o tráfico e entraram em processo de desestruturação social e cultural, como aconteceu em Benin e no Congo.

O tema é complexo, e as generalizações devem ser evitadas. A cor da pele não é critério único e exclusivo para definir linhas de demarcação histórica. Em relação a certas regiões da África Oriental não houve tráfico nos três primeiros séculos da expansão mercantilista européia; mas ele viria a se organizar, no início do século 19, tendo à frente traficantes árabes, e não europeus.

Os grandes beneficiados com esse recrutamento forçado de mão-de-obra foram, como se sabe, os portugueses (em maior escala entre 1444 e 1640); os holandeses, principalmente na segunda metade do século 17; franceses, dinamarqueses e, sobretudo, ingleses, no século 18. Até mesmo comerciantes brasileiros asseguraram o tráfico, por conta própria, entre a costa do Brasil e a África Ocidental.

### **A conexão africana**

Os maiores beneficiados não foram, porém, os únicos beneficiados. O mapa da violência histórica tem contornos que não estão compartimentados no hemisfério norte. A escravidão era praticamente desconhecida de vários povos africanos. Outros a conheceram apenas sob a forma de escravidão doméstica. Outros, porém, praticavam-na sistematicamente -como os mandinga, entre os quais era maior o núme-

ro de escravos que de homens livres, segundo depoimentos de viajantes do século 18, como Mungo Park.

**Não se pode compartimentar a violência dentro de fronteiras geográficas, ou dentro de limites raciais. A história da humanidade parece indicar que sua extensão e sua profundidade não respeitam esquemas preconcebidos.**

A luta dos fon contra os ioruba também envolveu guerras que certos sobas africanos empreendiam deliberadamente, no intuito de conseguir prisioneiros para vendê-los aos traficantes europeus. Alguns chefes mais ousados chegaram a enviar representantes ao Brasil, reivindicando dos colonialistas luso-brasileiros o monopólio do comércio negreiro para seu próprio reino.

No final do século 18 e no início do 19 os daomeanos assumiram tal atitude várias vezes. Numerosas delegações de negros privilegiados, conhecidas como 'embaixadas', viajaram para o Brasil: não pretendiam tratar da extinção do tráfico, ou de coisa parecida, mas sim demonstrar seu interesse em ter uma participação ainda maior nesse comércio.

Apesar da eventual participação, os setores africanos dominantes ficaram com as migalhas dos lucros produzidos pelo tráfico negreiro. Ou com as miçangas em torno das quais o sórdido comércio girava.

O tráfico, controlado a partir da Europa, se inseria num esquema triangular de comércio. Os barcos saíam de Portugal (ou da Holanda, ou da Inglaterra) carregados de bebidas alcoólicas, tecidos de algodão, armas de fogo e quinquilharias. Nos portos africanos, isso tudo era trocado por negros, que seriam vendidos por altos preços nos portos do Brasil e de outras áreas da América. Os barcos voltavam para a

Europa carregados de matérias-primas e de produtos coloniais.

Em 1482, no governo de D. João II, escravistas portugueses edificaram a fortaleza de São Jorge da Mina na chamada Costa da Mina (nome genérico que incluía todo o litoral do golfo da Guiné e as ilhas de São Tomé e Príncipe), que se tornou a base de operações dos portugueses para explorar a área, nas primeiras décadas do século 16.



Até 1637, quando caiu em poder dos holandeses, essa fortaleza foi peça-chave para o tráfico humano procedente dos diferentes pontos da África Ocidental, da baía de Casamance, no Senegal, ao rio do Ouro. No século 17 já havia intenso intercâmbio entre os reis locais e os traficantes de escravos (portugueses, holandeses, ingleses e franceses, por ordem de chegada). As permanentes guerras entre os pequenos reinos negros da região eram a principal fonte abastecedora dos mercados de escravos.

No final do século 18, a fortaleza de Uidá, na costa do Daomé, desempenharia papel semelhante, mandando dezenas de milhares de negros para o Brasil.

Mais ao sul, Luanda era a mais importante praça portuguesa ligada ao vil comércio.



**Por enquanto, queremos apenas lembrar que:**

- a África não era um continente sem história, conforme a historiografia colonialista costumava afirmar;
- o tráfico negreiro, que contribuiu enormemente para a acumulação de capital na Europa, contou com a colaboração de inúmeros sócios menores, de pele negra, em terras da África;
- a história do mundo foi se tornando cada vez mais interligada e interdependente a partir do século 16.

Há casos extremos, como o de escravos libertos da Bahia, no século 19, que voltaram para a África e se estabeleceram em Lagos, atual capital da Nigéria, como traficantes de escravos entre a África e o Brasil. O mesmo fenômeno se verificou em Ajudá, Porto Novo e outras vilas do golfo da Guiné: o brasileiro Chachá de Souza (Francisco Félix de Souza) era grande comerciante de escravos, na África, desde o início do século 19; o mesmo fez o brasileiro Domingo

Martinez, entre 1830 e 1860, com o apoio do rei africano Akitoze; em Badagri, os irmãos Jambo, brasileiros, eram notórios traficantes.

### Guerras contra povos indígenas

Processo similar ocorreu em relação aos indígenas brasileiros, que participaram em guerras movidas por portugueses contra outros povos indígenas. Sem o apoio obtido por parte dos índios, dificilmente uma minoria européia (havia apenas 30 mil brancos no Brasil no final do século 16) conseguiria dominar ou desestabilizar milhões de autóctones.

As rivalidades e os ódios tribais não existiam apenas entre os povos de língua tupi e os de língua jê, nas regiões próximas ao litoral brasileiro, mas até mesmo entre tribos do próprio tronco lingüístico tupi.

Basta lembrar o que aconteceu na capitania de São Vicente, no século 16. No período inicial da conquista e colonização, os tupiniquim viviam em guerra permanente com os carijó e com os tupinambá. Os vicentinos souberam tão bem se aproveitar dessas rivalidades e ódios ancestrais, realizando alianças estratégicas, que em pouco tempo os traficantes de escravos já haviam despovoado de indígenas quase todo o litoral, até a área em que hoje estão as cidades de São Francisco do Sul e Laguna, em Santa Catarina.

Assim como a África, a América do Sul também não era um continente sem história, antes da chegada dos europeus. Os inúmeros povos que habitavam o território que hoje constitui o Brasil tinham uma longa história neste continente, que nos últimos anos a arqueologia vem desvendando cada vez mais. Embora não houvesse escrita, havia uma história ligada ao artesanato, à agricultura, à caça e à pesca, às tradições religiosas e, também, às guerras.

**Antes do século 16, essa parte da América do Sul não formava um mundo de paz - ao contrário, parece que a guerra era a principal característica de seus habitantes.**

Associadas ao canibalismo ritual, as guerras não atingiam apenas os guerreiros das tribos consideradas inimigas, mas também as mulheres e crianças dos povos rivais. As guerras intertribais foram uma constante na história pré-colonial. Longe de atenuá-las, os europeus exacerbaram-nas ainda mais.



Mas fica a ressalva: nenhum esquema simplista, racial ou terceiro-mundista, pode explicar a lenta e complexa gestação de uma nova sociedade, da hoje chamada sociedade brasileira. A história moderna foi se tornando, cada vez mais, uma história universal, unindo África e Brasil por meio de métodos violen-

tos, adotados por muitos povos, dos dois lados do Atlântico: brancos, negros e indígenas.

Negros e índios acabaram sendo, no final das contas, as grandes vítimas - mas vítimas de um processo para cuja vitória alguns negros e índios também contribuíram de certa forma.

As razias praticadas por paulistas contra inúmeras aldeias dos vales dos rios Tietê, Mogi Guaçu, Paraíba e Paranapanema, originando a escravização de milhares de indígenas, contaram com o auxílio e a força de choque de milhares de outros índios, de tribos rivais. Esses episódios, que ficaram conhecidos como 'bandeirismo de apresamento', não poderiam ter sido tão devastadores como foram se não fosse a conivência de algumas tribos com os colonialistas e com os traficantes de escravos.

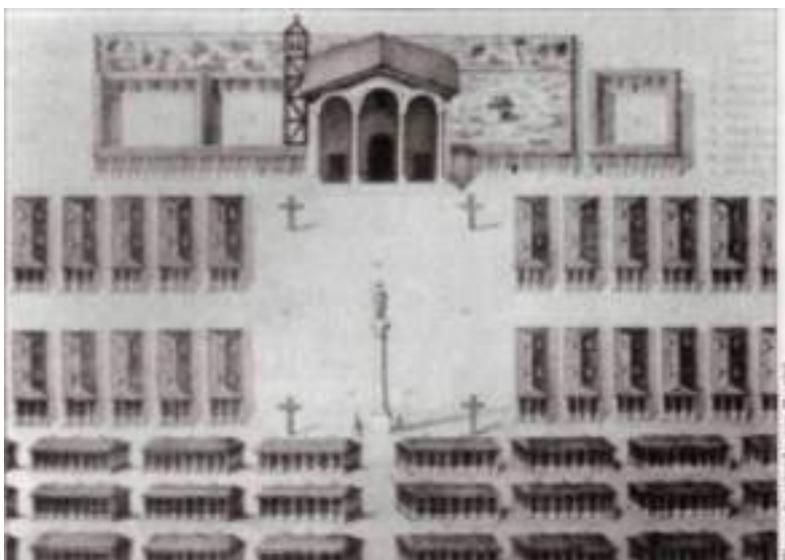
Em seus ataques às primeiras reduções jesuíticas do Guairá, em terras do atual estado do Paraná, às margens do rio Paranapanema, os bandeirantes contaram com o apoio fulminante de milhares de mestiços e índios aliados.

As primeiras reduções jesuíticas, de Loreto e Santo Ignácio, haviam sido instaladas ali a partir de 1610. Logo outras surgiram e, por volta de 1628, eram habitadas por cerca de 100 mil indígenas. Começaram então as razias paulistas, com as bandeiras de Pedro Vaz de Barros e Manuel Preto.

Em seguida veio a grande devastação promovida pela bandeira de Raposo Tavares, da qual Manuel Preto participava também. Inúmeras reduções jesuíticas foram destruídas e a cidade castelhana de Villa Rica foi saqueada.

À medida que as pequenas vilas jesuíticas iam sendo derrotadas e reduzidas a cinzas, seus habitantes indígenas eram enviados para São Paulo, e ali vendidos como escravos. Ou exportados, como escravos, para outras capitanias. Calcula-se que entre 1628 e 1631 cerca de

60 mil índios do Guairá tenham sido assim escravizados. E qual foi a poderosa força militar capaz de realizar semelhante devastação? Engana-se quem pensar que foi uma guerra de brancos contra índios, raça contra raça. As tropas escravistas da bandeira de Raposo Tavares eram formadas e dirigidas por 69 paulistas. Apenas 69 brancos, conduzindo uma poderosa força de choque composta por novecentos mestiços, na época chamados 'mamelucos', e 2 mil índios de tribos aliadas. O grosso da tropa era formado por índios, ou filhos de índios.



Os mecanismos psicossociais que levaram tantos indígenas a se aliar aos escravistas, cavando assim seu próprio túmulo, ou o túmulo de sua própria etnia, são muito mais complexos do que se pode pensar.

O mundo moderno foi se impondo nos sertões da América do Sul: não só por meio da superioridade tecnológica, mas também manobrando muito ódio, com astúcia e paternalismo de permeio.

Durante o longo período (quase um quarto de século) de ocupação holandesa de uma parte do Brasil, três pontos decisivos para o comércio português de escravos passaram para as mãos holandesas: a fortaleza São Jorge da Mina, no golfo da Guiné, que os portugueses perderam em 1637; São Tomé, conquistada em 1641; e Angola, ocupada no mesmo ano pelos holandeses.

Esses fatos, ocorridos na África, tiveram repercussão imediata no Brasil. As ocupações fizeram com que o tráfico de negros se interrompesse, ou diminuísse consideravelmente. E, imediatamente, o tráfico de indígenas autóctones aumentou, com a escravização de aldeias inteiras.

### **Relações de parentesco, compadrio e cooptação**

Os exemplos indicam claramente que a expansão mercantilista por terras do Brasil não seguiu um esquema de contornos raciais e geográficos precisos, do tipo brancos *versus* índios.

Os brancos e a Europa venceram e dominaram, sem dúvida, mas mediante um processo muito mais contagiante e cooptador do que as análises reducionistas nos faziam crer.

O colonialismo interno, que os brasileiros até hoje praticam, fazendo avançar a sociedade nacional sobre terras de povos indígenas, tem suas raízes nesse passado colonial.

A habilidade dos paulistas para cooptar indígenas e associá-los a seus projetos escravocratas, nos séculos 16 e 17, não pode ser entendida ou explicada por meio de abordagens puramente econômicas. Por outro lado, as rivalidades e os ódios entre as etnias também não explicam por si só o porquê dessa ampla

adesão de certas tribos brasílicas ao bandeirismo de apresamento. A questão dos laços de parentesco é, a meu ver, muito mais importante.

A capacidade paulista de agregar índios tupi a tantas expedições guerreiras contra outras tribos deve ser pesquisada na própria formação histórica de São Paulo. Antes mesmo da fundação de São Vicente, nas três primeiras décadas do século 16, já alguns portugueses viviam com as filhas de caciques de língua tupi, com as quais tiveram numerosa descendência. É o caso de Antônio Rodrigues e João Ramalho, que dessa maneira se ligaram, por laços de parentesco, às poderosas tribos comandadas pelos caciques Piquerobi e Tibiriçá, respectivamente.



Com a fundação de São Vicente, em 1532, inúmeros sesmeiros e aventureiros portugueses seguiram o mesmo caminho, casando-se com índias tupi, ou tendo com elas numerosa prole. Isso era muito comum em São Paulo, ao longo de todo o século 16 e na primeira metade do século 17. Muitos espanhóis vindos para essa capitania seguiram o exemplo.

Os laços de parentesco assim estabelecidos deram origem a uma primeira forma local de mandonismo colonial, na qual o compadrio, o paternalismo e as rivalidades interétnicas se combinavam para formar bandeiras apresadoras de índios tão ecléticas como aquelas que mencionamos.

A luta entre os palikur e os galibi, no século 17, no momento em que os portugueses começavam a conquista do cabo do Norte, atual Amapá, também foi importante para reduzir a resistência indígena.

No século 18, ainda eram freqüentes as guerras feitas por portugueses e índios contra outros índios. Em Mato Grosso, o bandeirante Antônio Pires de Campos, que se tornara chefe dos índios bororo, comandou uma expedição, da qual participou um forte contingente bororo, contra os mbayá-guaikurú, matando seiscentos deles e escravizando 266.

Tais práticas prosseguiram até mesmo no século 19. 'Índios mansos' integraram as tropas que foram combater os botocudo - em Minas Gerais, Espírito Santo e sul da Bahia - em 1808, recebendo metade do soldo pago ao restante da tropa.

Na década de 1830, havia nas imediações de Curitiba aldeias de 'índios caçadores', encarregados de combater os 'selvagens' e rechaçá-los das terras cultivadas. Na Amazônia, na área que vai do Tapajós ao Madeira, é conhecida a participação dos mundurukú na luta dos brancos contra os índios mura, entre o final do século 18 e o início do 19.

Poderia lembrar ainda a participação de negros escravos, ao lado de brancos, para enfrentar outros brancos, como ocorreu no Nordeste, no século 17 - regimentos de negros minas, ardas, angolezes e crioulos lutaram contra os holandeses.

Mas houve ainda lutas entre índios e negros, como ocorreu por exemplo nas imediações de Vila Bela da Santíssima Trindade, em meados do século 18. Essa cidade, planejada e construída pelos portugueses no vale do Guaporé para ser capital do Mato Grosso, foi abandonada pelos brancos após a decadência da mineração, tornando-se majoritariamente negra de 1820 em diante.

Tanto em Vila Bela como nos arraiais vizinhos -São Francisco Xavier, São Vicente - foram inúmeros os ataques de índios cabixi contra os negros, já que ali não viviam brancos. Foi o que aconteceu durante o arrasador ataque desses índios ao arraial de São Vicente, no dia 24 de agosto de 1877.

Hoje em dia, é muito comum ouvirmos falar dos graves problemas ambientais, ou até mesmo convivermos com eles. São gigantescos incêndios florestais, desmatamento indiscriminado, uso abusivo de agrotóxicos nas plantações - contaminando agricultores e consumidores dos alimentos -, poluição dos rios por mercúrio e outros dejetos etc.

Nas cidades, os automóveis e as chaminés das fábricas expõem gases que tornam o ar irrespirável. O acúmulo de lixo, muitas vezes tóxico, e a falta de condições sanitárias ideais reduzem a qualidade de vida dos moradores.

Como a consciência das questões ecológicas aumentou muito nas últimas décadas, tem-se a impressão de que a gravidade desses problemas é coisa recente. Na verdade, o que há mesmo de recente é a amplitude global que eles alcançaram. O desmatamento das florestas e a poluição do ar, da terra, dos rios e dos mares tem sido tão intensa, em todo o mundo, que hoje o planeta inteiro está ameaçado.

Mas a destruição do meio ambiente é um problema muito antigo, que atingiu diferentes sociedades desde épocas remotas. No Brasil, em particular, o uso indiscriminado dos recursos naturais pode ser registrado desde o primeiro século da colonização.

Há um ramo da pesquisa histórica, denominado 'história ambiental', que se dedica a estudar as crises

ambientais do passado. Mais do que registrar apenas essas destruições, a história ambiental procura entender a maneira pela qual as diferentes sociedades, em diferentes épocas, se relacionaram com a natureza.

Os conhecimentos produzidos por outros ramos do saber, como a antropologia, ajudam os historiadores ambientais a constatar que outras sociedades mantiveram uma relação muito mais harmônica, equilibrada e respeitosa com o mundo natural do que as sociedades do Ocidente.

### **Conhecimentos indígenas de agricultura e botânica**

Pesquisas recentes na Amazônia e no Centro-Oeste já revelaram que a literatura tradicional a respeito da agricultura indígena estava equivocada. Segundo as idéias aceitas até há bem pouco tempo, o fogo teria sido a única forma de manejo da terra utilizada pelos índios até a chegada dos europeus. Mas, na opinião de alguns pesquisadores, essas idéias são errôneas. Pesquisa realizada na aldeia de Gorotire, em 1985, revelou que os kayapó praticavam até o reflorestamento, a partir de uma concepção do meio ambiente distinta daquela que predomina nas sociedades ocidentais.

Os pesquisadores apresentaram aos atuais habitantes diversas amostras botânicas, perguntando seu nome na língua indígena, seus usos e a prática de manejo associada àquelas plantas. Posteriormente, as amostras foram cientificamente identificadas pelo museu Emílio Goeldi, do Pará. Das 120 espécies inventariadas, os indígenas haviam considerado úteis 118, das quais 75 por cento eram espécies por eles plantadas!

Os estudiosos concluíram que esse sistema harmonioso de manejo do cerrado, com benefícios subs-

tanciais não só para o homem, mas para o próprio meio, se desenvolveu ao longo de muito tempo, tendo sido amplamente praticado no passado.

**Os estudos de etnobotânica levaram à surpreendente conclusão de que muitos dos ecossistemas tropicais que consideramos naturais podem ter sido, na verdade, organizados por povos indígenas.**

Outro exemplo interessante se relaciona com a apicultura. Em um congresso científico realizado no estado do Pará, alguns indígenas convidados deram uma verdadeira aula para os acadêmicos presentes, transmitindo seus vastos conhecimentos a respeito das abelhas, principalmente no que se refere a espécies amazônicas, ainda pouco estudadas por zoólogos e biólogos.

Esses cuidados para com a natureza, por parte dos kayapó e de outros povos indígenas, contrasta com a atividade daninha e devastadora de muitos empreendimentos contemporâneos na Amazônia, tanto na mineração como na pecuária.

**Parece que a destruição do meio ambiente é uma das poucas tradições que podemos inventariar na história do Brasil, sem interrupções, desde o século 16.**

No primeiro século da colonização, a exploração do pau-brasil foi tão intensa que, depois de bem pouco tempo, a madeira já rareava no litoral e era preciso ir procurá-la no interior, a 60 ou 120 quilômetros da costa.

Na verdade, os problemas ambientais vêm se acumulando no Brasil há dois ou três séculos. Por exemplo: há registros de uso indiscriminado de queimadas, acúmulo de detritos pela exploração mineral e poluição dos cursos d'água por mercúrio desde o século 18.



Acredita-se mesmo que poderia haver uma correlação entre a poluição por mercúrio e a grande incidência atual de debilidade mental e má formação congênita na população de certas cidades do interior de Goiás, nas quais a mineração foi intensa no final do século 18. Os casamentos consanguíneos, por si só, não explicariam tamanha incidência.

Essa hipótese foi levantada a partir da prospecção realizada na região, em 1987, por arqueólogos da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, revelando a existência de altíssima concentração de mercúrio nos sedimentos dos garimpos, soterrados há mais de século e meio.

### **Modelos agrícolas e espaço geográfico**

Analisando os resultados da atual política governamental de incentivos fiscais na Amazônia, o engenheiro florestal Shigeo Doi concluiu que 97 por cento dos projetos agropecuários fracassaram, deixando como resultado desse 'antimodelo' de desenvolvimento econômico "40 milhões de hectares de floresta devas-

tados, sem nenhum benefício em troca". A devastação tornou-se tradição no Brasil, unindo o século do pau-brasil ao final do século 20.

O mais interessante no estudo desse engenheiro florestal é sua conclusão, de que "observando a roça dos silvícolas, que utilizam o método natural, o resultado é fantástico". Ele propõe então a substituição do atual modelo agressivo, que canaliza recursos para a destruição, por um modelo conservacionista, direcionado para a oferta de produtos tropicais nativos, que poderia ser viabilizado, segundo ele, por um sistema de "fazendas florestais".

Não cabe aqui analisar a viabilidade dessa proposta; fica apenas constatada a valorização das técnicas agrícolas dos homens 'primitivos' - cujos conhecimentos até hoje os estadistas brasileiros subestimam - por um engenheiro florestal.

Algumas descobertas arqueológicas feitas na Amazônia tornam ainda mais questionável essa idéia de primitivismo. Os pesquisadores constataram, por exemplo, que a agricultura indígena no alto Amazonas era quase sempre acompanhada por um processo de transformação manufatureira de produtos da terra - como a mandioca, com a qual se fabricava farinha, em grandes fornos construídos especialmente para esse fim.

Por meio de datação com carbono 14, hoje podemos afirmar com certeza que os fornos de farinha existiam e eram utilizados no norte do Brasil há pelo menos 2 mil anos. Portanto, embora também se dedicassem à caça, as populações indígenas da época não podiam ser descritas, conforme faziam observadores menos atentos, como "hordas de caçadores selvagens".

Entre os traços culturais do ameríndio brasileiro merecem destaque os conhecimentos topográficos,

isto é, a capacidade de se localizar e de representar o espaço percorrido. E, como consequência, a cultura geográfica inerente a essas faculdades.

Os tupinambá, por exemplo, além de conseguirem percorrer com facilidade centenas de léguas, eram dotados de um maravilhoso sentido de orientação, sendo os melhores guias, no sertão. Acompanhavam o giro do sol e seu caminho entre os dois trópicos, conheciam vários planetas, estrelas de primeira grandeza e constelações, que designavam por diferentes nomes, quase todos de animais. A essa astronomia de orientação correspondia, logicamente, uma aguda percepção do espaço geográfico e grande capacidade de representá-lo.

**As múltiplas visões de mundo dos indígenas brasileiros, associadas a todo um complexo cultural, social e emocional, se desenvolveram ao longo de alguns milhares de anos, com total independência histórica em relação às tradições culturais européias e asiáticas.**

### As línguas e o ambiente

Os índios tukano do rio Uaupés, no Amazonas, dominam com perfeição numerosas línguas; são inúmeros os homens e mulheres que falam de três a cinco línguas, havendo até alguns políglotas que dominam oito ou dez idiomas! Nesse aspecto, o rio Uaupés é uma área única no mundo. Esse rio fica no imenso município de São Gabriel da Cachoeira, que possui o maior número de aldeias indígenas do Brasil, abrigando povos de línguas tukano, maku, baré e baniwa.

Diante de um fato cultural tão extraordinário como o políglotismo tukano, percebe-se como os preconceitos deformaram inúmeras teorias da história surgidas na modernidade.

**É simplesmente um absurdo considerar 'inferiores', ou 'atrasados', homens e mulheres capazes de se expressar em diversos idiomas!**

E não se pode esquecer que isso ocorre no interior do estado do Amazonas, onde a maior parte dos brasileiros não sabe falar outra língua além do português.

O utilitarismo imediatista e a procura constante da maximização, que predominam na mentalidade de mercado, reduzem a espécie humana ao *Homo economicus*. Se não fosse isso, nós, brasileiros, já teríamos percebido que temos muito a aprender com os povos indígenas que há milênios habitam essa imensa área que é a Amazônia e a região Centro-Oeste, território que mal começamos a estudar do ponto de vista botânico e ecológico. Os conhecimentos empíricos desses povos não deveriam ser subestimados, como hoje acontece, por aqueles que sistematizam, explicam e teorizam.

Mas, como conseguir uma cooperação pacífica no estudo da natureza amazônica, quando essa mesma natureza vem sendo destruída a um ritmo cada vez maior?

A ocupação da Amazônia, desde o início da construção das grandes rodovias e ferrovias, de 1960 em diante, tem sido literalmente catastrófica do ponto de vista ecológico. Ao observar isso, vemos o quanto existe de chauvinismo por trás da palavra 'atraso'. Se essa grande floresta continuar sendo destruída por tecnologias sofisticadas (há até usinas siderúrgicas utilizando carvão vegetal), só restará aos filósofos rever a noção de cultura, pois os índios 'atrasados' jamais ameaçaram a região, nos milhares de anos que vivem por ali.

A alternativa não seria uma volta às estratégias de sobrevivência do Neolítico, mas sim o fim do casamento tradicional entre 'progresso' e destruição. Ou entre destruição e cultura, tal como o Ocidente vem promovendo há mais de cinco séculos.

**Uma tecnologia que se espalha destruindo a natureza, como vem acontecendo na Amazônia, não indica desenvolvimento de forças produtivas, mas sim de forças destrutivas.**

Essas observações não têm apenas um sentido polêmico, ou um conteúdo de denúncia: fazem parte de nossa tentativa de compreender melhor a natureza das contradições presentes nessa sociedade.

Quando centenas de milhares de hectares de floresta - milhões de hectares, nos últimos anos - são queimados anualmente, para nada, a não ser por um lucro de curta duração, é mais do que necessário pensar no absurdo de empregar o termo 'civilização' para designar a extensão desse holocausto pelas áreas amazônicas.

## IMPUNIDADE E CIDADANIA



Quinhentos anos após a chegada dos portugueses, 112 anos depois da abolição do trabalho escravo e 51 anos decorridos desde a Declaração dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário, a necessidade de assegurar direitos e condições ideais de vida a todos os homens e mulheres que habitam nosso país é um tema crucial. Nessa passagem de milênio, a maioria dos brasileiros não goza de direitos básicos que chamamos "direitos do cidadão": direitos civis, sociais e políticos. Ou seja, não exerce sua cidadania.

Liberdade de expressão, condições de acesso à saúde, à moradia, à alimentação e à educação são algumas das garantias individuais previstas nas leis brasileiras - nem sempre cumpridas, na prática. Muitas vezes, há uma grande distância entre a letra da lei e sua aplicação e, em vez de instituições que assegurem a igualdade entre os cidadãos, prevalece com frequência a lei do mais forte.

Essa prevalência é uma das grandes continuidades observadas nos mais diversos momentos e em diferentes processos de nossa história - como, por exemplo, o da elaboração da legislação relativa aos povos e às terras indígenas, processo que fundamentou a organização social e territorial do Brasil e continua sendo, em 1999, de grande atualidade.

### Os indígenas e a justiça colonial

No período colonial, os indígenas aldeados que porventura recorressem à justiça dificilmente teriam seus direitos protegidos. Em aldeamentos localizados em áreas remotas isso era sem dúvida impossível, na prática, por razões geográficas. No entanto, os habitantes de origem tupi de aldeamentos localizados nas imediações de Salvador, do Rio de Janeiro, de São Luís e de Belém muitas vezes chegaram a procurar a proteção de funcionários coloniais da justiça. Mas quase nunca a situação lhes foi favorável.

**A lei portuguesa no Brasil dizia respeito quase exclusivamente aos europeus. A balança da justiça sempre estava contra os indígenas, pois o testemunho de um português era equiparado ao de três ou quatro índios.**

Nessas condições de falta de igualdade, os abusos tendiam a se intensificar, impunemente. Se um colono cometesse algum crime contra um índio, dificilmente seria punido. Em contrapartida, a reação judicial seria dura e imediata se ocorresse o contrário.

O padre Manuel da Nóbrega relata o caso de um índio que foi colocado na boca de um canhão e despedaçado, por ter assassinado um português. O padre Fernão Cardim fala de índios enforcados, esquartejados, mortos a bala e queimados com torqueses em brasa.

Apesar de tudo, os índios que viviam nos aldeamentos controlados pelos jesuítas dispunham de alguma proteção contra os maus tratos por parte dos colonos. Havia meirinhos (funcionários judiciais) índios, com autoridade para prender e punir, por pequenas ofensas. Esses meirinhos eram especialmente detestados pelos colonos, que várias vezes ten-

taram retirar das mãos dos jesuítas e de seus auxiliares indígenas a administração da justiça nos aldeamentos.



Muitas leis feitas em Lisboa, bem como bulas emanadas de Roma - como a promulgada pelo papa Urbano VIII em 1639 - tentaram assegurar a liberdade dos índios. Mas sua aplicação prática nas capitanias era quase nula.

Com freqüência os missionários apelavam para o rei, mas os interesses privados dos colonos residentes no Brasil quase sempre prevaleciam. Em outras palavras, a iniciativa privada colonialista (pernambucana, baiana, vicentina, maranhense etc), falava mais forte que a legislação, às vezes generosa, confeccionada do outro lado do Atlântico.

Essa contradição demonstra que, embora a maior parte dos lucros coubesse a Lisboa, os agentes históricos diretos do colonialismo residiam no Brasil, e não na metrópole. Os homens ricos de Olinda, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, São Luís ou Belém tornavam letra morta qualquer eventual legislação humanitária vinda de Portugal.

Ora, foram exatamente os descendentes dessas elites coloniais residentes no Brasil que prolongaram internamente o colonialismo, após a Independência de 1822.

No Maranhão e no Grão-Pará, esses colonos sabotaram por todos os meios a legislação humanitária elaborada na metrópole no século 17.

**Foi justamente com os colonialistas residentes no Brasil que o colonialismo assumiu seu feitio mais mesquinho.**

Na época do rei d. João IV, logo após a Restauração do trono português (ocorrida em 1640), ele decretou medidas de caráter humanitário, preocupando-se com a evangelização dos indígenas. Mas a Câmara do Pará era contra a presença de jesuítas na Amazônia: em 1653, os colonizadores do Pará resistiram e estabeleceram cláusulas restritivas à presença jesuíta.

Há um episódio significativo, que reforça a tese que estamos defendendo. Quando o capitão-mor do Maranhão, por inspiração do jesuíta Antônio Vieira, publicou instruções que determinavam a imediata libertação de todos os índios cativos, o povo afluiu à Câmara em protesto. O 'povo', entenda-se, eram os colonos brancos, nascidos ou não no Maranhão, mas com negócios ali.

Na Câmara, a primeira idéia foi obrigar os jesuítas a se retratar. Em seguida, foi feito um comunicado ao capitão-mor, com o pedido de que a lei fosse suspensa, enquanto se requeria sua revogação à Corte. Assinaram o documento: a nobreza, os plebeus, dois vigários-gerais e os superiores dos carmelitas e dos capuchos. Somente os jesuítas não assinaram. Jorge de Sampaio, o procurador da Câmara, pediu aos gritos a expulsão dos padres da Companhia de Jesus;

a multidão assaltou a caravela em que tinha vindo Antônio Vieira, quase matando os marinheiros.

Na colônia vigoravam as mesmas leis da metrópole: as Ordenações Manuelinas, no século 16; e as Ordenações Filipinas, de 1603 em diante. Além dessa legislação de caráter geral, havia leis específicas que regulamentavam as questões locais: no início, essa legislação local era estabelecida pelos Regimentos dos governadores-gerais, o primeiro dos quais foi o de Tomé de Souza. Os governadores emitiam decretos, alvarás e pregões, regulamentando a aplicação da legislação elaborada pela Coroa.

**A legislação colonial estabelecia uma distinção, no Brasil, entre 'índios amigos' e 'gentio bravo'; assim, havia uma política indigenista para os índios aldeados e aliados dos colonialistas, e uma outra relativa aos 'inimigos'.**

Aos índios aldeados e aliados (cuja principal função era lutar ao lado dos portugueses nas guerras movidas contra os índios 'hostis') era assegurada a liberdade. Eles eram teoricamente livres e senhores de suas terras nas aldeias, mas passíveis de requisição para trabalhar para os moradores, mediante pagamento de salários. Ora, essa promessa de salário muitas vezes não se cumpria.

Estávamos, portanto, diante de uma situação colonialista fortemente enraizada (militar e juridicamente), que teve muito tempo - três séculos, em algumas regiões - para se fixar como tradição. E a tradição, mesmo com as inúmeras modificações conjunturais, não seria abolida com a Independência, em 1822.

Os fazendeiros luso-brasileiros residentes na colônia, ou 'moradores', como se dizia na época, são os mesmos colonialistas brasileiros do Brasil indepen-

dente: escravistas (até 1888) e invasores de terras indígenas, como sempre haviam sido.

Essas situações são na verdade muito complexas. Nem sempre os índios foram vítimas de uma política estatal deliberada. Muitas vezes a ganância, ou outros motivos mesquinhos de fazendeiros, seringalistas e comerciantes, acabaram encaminhando os acontecimentos, à margem de toda e qualquer legislação.

**A história social se tornou ainda mais dura que os rigores do direito objetivo - fosse colonial, imperial ou republicano.**

O termo 'genocídio' tem sido muitas vezes usado para caracterizar essa situação. O genocídio teria sido provocado não apenas por microrganismos (epidemias de sarampo, varíola, gripe etc), mas também pela ganância e pela ambição, poderosos motores de morte e destruição que a historiografia brasileira se recusava a ver na história do Brasil, até tempos recentes.

**As guerras contra os índios mura**

No entanto, houve muitas ocasiões em que o direito colonial e o aparelho judiciário foram utilizados diretamente pelos colonizadores, em suas tentativas de expropriação das terras indígenas.

O caso mais conhecido diz respeito aos índios mura do rio Madeira, contra os quais foi movido um processo, ou 'devassa', nos anos de 1738 e 1739. As peças que compõem o processo - cujo responsável era o ouvidor-geral da capitania do Grão-Pará, Salvador de Souza Rebello - carecem de valor testemunhal e não justificam as violentas represálias contra os índios, cujas terras os colonos estavam invadindo exclusivamente para explorar o cacau.

A devassa foi o instrumento utilizado pelo governador do estado do Maranhão e Grão-Pará, João de Abreu de Castello Branco, para solicitar ao rei de Portugal, d. João V, em parecer do dia 13 de outubro de 1738, a decretação de 'guerra justa' contra os índios mura e as 'nações' do rio Tocantins.

Logo se estabeleceu uma curiosa e muito reveladora cumplicidade entre o comércio do cacau e o aparelho judiciário luso-brasileiro. As testemunhas do processo jamais estiveram no rio Madeira (os depoimentos são de comerciantes e militares interessados na empresa extrativista), e suas declarações revelam extremo etnocentrismo: os mura são apresentados como 'índios bárbaros' e 'insolentes', que estariam 'infeccionando' o rio Madeira com seus 'delitos', obra de 'delinquentes' que "impossibilitam os moradores de irem fazer o negócio do cacau".

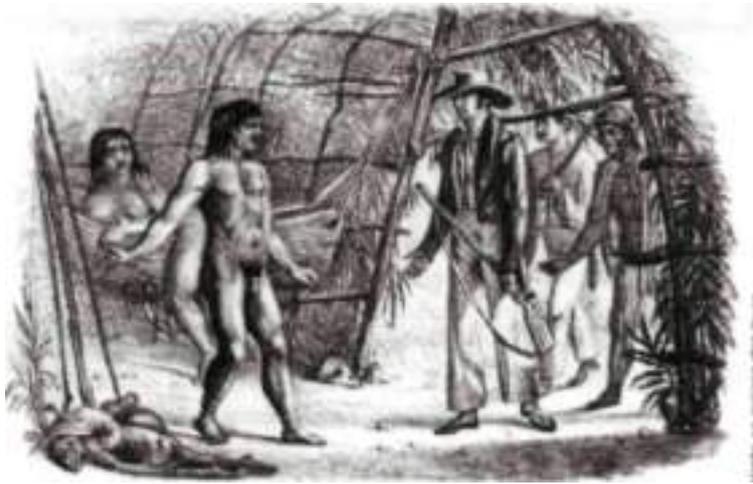
Apesar das pressões vindas do Brasil, a decisão do rei de Portugal foi contrária à guerra - o que mostra, mais uma vez, como os agentes diretos do colonialismo, residentes na América lusa, mantinham uma política muito mais dura do que os próprios colonialistas da metrópole. Mas, mesmo sem o aval do rei, várias expedições punitivas foram organizadas contra os mura nos anos seguintes.

As Tropas Auxiliares da Capitania foram a ponta de lança dos ataques, que provocaram grande mortandade entre os índios. Alguns anos mais tarde, em 1774/1775, o ouvidor-geral Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio voltou a pedir guerra oficial contra os mura, desencadeando novos e desordenados processos de matança.

Os mura empreenderam a mais aguerrida resistência indígena diante da expansão colonialista na Amazônia, mediante táticas especiais de ataque, numa grande área que ia das fronteiras do Peru ao rio Trom-betas. Por várias vezes, no século 18, esses bravos

guerreiros forçaram a mudança da localização das cidades de Borba e Itacoatiara.

Por volta de 1820, quando os viajantes Spix e Martius passaram pelo rio Madeira e visitaram os mura, esse povo já estava reduzido a uma pálida imagem do que haviam sido seus antepassados. Os dois naturalistas acharam que os mura eram sujos, apáticos e desorganizados - ou seja, a capacidade de resistência desse povo havia sido gravemente esmagada, nos cinquenta anos anteriores, pelas armas dos colonos e pelas manobras do aparelho judiciário.



Embora d. João V não tivesse declarado a 'guerra justa' contra os mura, muitos outros processos semelhantes ao de 1738/1739 foram aprovados e a matança se organizou com base em leis feitas pelos poderosos locais, em seu próprio interesse.

**O hábito de colocar as leis a serviço dos mais fortes criou uma triste tradição jurídica no Brasil, que é uma das principais causas da impunidade que hoje impera.**

Normalmente, os luso-brasileiros consideravam que a guerra era justa se os índios:

- atacassem os colonos (o que ocorria, na maior parte das vezes, para rechaçar a invasão das terras indígenas);
- criassem obstáculos à expansão do cristianismo e à atuação dos missionários;
- dificultassem a navegação e o transporte pelos caminhos;
- fizessem aliança com os inimigos da Coroa;
- recusassem ajuda ao branco na guerra contra outros povos indígenas.

### **O moderno e o arcaico na sociedade brasileira**

Inúmeras características do mundo contemporâneo não existiam nos primórdios da Revolução Industrial, como por exemplo:

- o monetarismo e o papel de comando do capital financeiro;
- a terceirização, que torna a fábrica de hoje muito diferente da fábrica do século 19 (e até mesmo das empresas dos tempos do fordismo e do laylorismo, quando predominavam as unidades de produção em grande escala, reunindo centenas ou milhares de trabalhadores);
- a produção organizada segundo linhas de montagem;
- o controle 'científico' do desempenho do trabalhador e do tempo de trabalho;
- o papel cada vez maior da ciência e da tecnologia como agentes de acumulação.

Mas, curiosamente, ainda persistem em países como o Brasil aspectos que já eram arcaicos quando a Revolução Industrial começou, na Inglaterra! A tendência à globalização não tem eliminado esses traços singulares, peculiares a cada sociedade.

Isso não se aplica apenas ao movimento que leva a sociedade brasileira a interagir com outras, no plano internacional (participando, assim, do processo de globalização). Aparece também no movimento que a leva aos espaços internos, nos quais os aparelhos de Estado não estão tão presentes, ou não estão presentes de fato. Espaços de sertão nos quais, muitas vezes, as leis são letra morta.

Quem estudar somente os processos predominantes não entenderá nunca esse paradoxo do ultracontraditório mundo brasileiro. O Brasil é um país que faz pesquisas espaciais e lança foguetes com satélites. Mas, ao mesmo tempo, é o país em que a mentalidade hegemônica da classe dominante considera a aplicação da lei como uma espécie de punição. Conforme afirma um ditado muito popular: "para os amigos, os favores; para os inimigos, a lei".

Essas atitudes, que dificultam o advento da cidadania, têm origens no passado colonial, quando os negros e índios não faziam parte das preocupações dos juristas.

### **A legislação indigenista**

A legislação indigenista no Brasil sempre foi vacilante, pois a questão dos direitos indígenas está intimamente vinculada à política agrária, tema muito sensível para legisladores de um país de grandes latifundiários.

Após a expulsão dos jesuítas, em 1760, e a revogação do diretório pombalino, em 1798, foi preciso esperar até o ano de 1845 - 23 anos após o Sete de

Setembro - para que algumas normas mais precisas viessem regulamentar um pouco a administração do governo dos índios aldeados.

Mas a demora não foi causada pela inexistência de projetos: além de um projeto de José Bonifácio, apresentado à Assembléia Constituinte de 1823, havia outros quatro, elaborados por deputados brasileiros que haviam participado das Cortes de Lisboa no primeiro semestre de 1822.

A longa espera somente se explica por razões políticas. A primeira Constituição brasileira, outorgada em 1824 - após o fechamento da Constituinte por d. Pedro I -, nem sequer menciona a questão dos direitos indígenas. O problema persistia: a mesma mão que suprimia os direitos políticos dos brasileiros, com o fechamento da Assembléia Constituinte, outorgava uma Carta da qual os índios estavam completamente ausentes, não sendo mencionados nem mesmo como minorias étnicas, ou minorias nacionais.

O Decreto 426, de 24 de julho de 1845, mais conhecido como *Regulamento das missões* ("Regulamento acerca das missões da catequese e civilização dos índios"), foi o principal documento indigenista do Império. Ele prolonga o sistema de aldeamentos, que é visto como um passo para a assimilação completa dos índios pela sociedade dos 'brancos'.

Depois desse Regulamento, a única inovação perceptível foi a experiência de Couto de Magalhães no vale do rio Araguaia: abandono da política de concentração e aldeamento dos índios, criação de um internato para crianças indígenas e tentativas de ensino do nheengatu, a língua geral.

Entre o advento da República e a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, em 1910, se passaram outros longos 21 anos.

Mas essa demora não foi o problema principal (nem o caráter ambíguo da legislação, nem a inexistência de órgão protetor). Muito mais grave do que essa irresponsabilidade dos legisladores brasileiros em relação a uma questão que envolvia até o risco de genocídio era a não-aplicação das leis, seu não-cumprimento.

Entre o texto impresso nas gráficas do Estado, na cidade litorânea do Rio de Janeiro, em 1910 ou 1911, e as práticas truculentas dos 'civilizados' no longínquo sertão mato-grossense, havia uma distância abissal. A lei nascia para ser burlada, ou para não ser levada a sério, ao pé da letra: era uma lei letra morta.

Isso aconteceria também com boa parte da legislação posterior, referente aos direitos humanos. Tanto os direitos indígenas quanto os direitos humanos em geral, sofrem, no Brasil, as mesmas vicissitudes: muitas vezes não passam de preceitos escritos que não se cumpriram, ou que já não têm autoridade ou valia.

No nível internacional, o Brasil

- é signatário da Declaração dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1948 (que estabelece, em seu artigo 1º, que "todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos");
- aderiu à Convenção para a Prevenção e Sanção de Crimes de Genocídio, também em 1948;
- aceitou a Convenção 107, da Organização Internacional do Trabalho, estabelecida em 1957 para a proteção das populações tribais; alguns anos depois, em 1966, aceitou também (com restrições), o estabelecido na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial,

No entanto, inúmeros crimes foram cometidos em território brasileiro contra os povos indígenas e é incalculável a quantidade de violações dos direitos humanos nas últimas décadas. Antes, durante e depois da ditadura militar.

**No que diz respeito aos índios, são violados principalmente os direitos que se referem a:**

- **direitos da pessoa (vida e proteção contra qualquer tipo de discriminação);**
- **direitos sociais e culturais (educação bilíngüe; alteridade cultural; saúde; segurança);**
- **garantia da demarcação de suas terras, a curto e médio prazo, com prioridade para a demarcação das áreas em conflito e para aquelas em que existe risco de vida iminente para povos indígenas sem contato.**

Como se sabe, a terra não significa, para os índios, apenas um meio de subsistência. Seu território envolve todo um suporte da vida social, pois se vincula intimamente aos sistemas de crenças e de conhecimento. Sem suas terras, os índios estão física e culturalmente ameaçados.

A Constituição de 1988 estabeleceu um prazo **de** cinco anos para a demarcação completa das terras indígenas - mas até hoje, onze anos depois, somente cerca de 50 por cento das áreas foram demarcadas. Além disso, a simples demarcação, na ausência **de** medidas de prevenção e proteção mais efetivas, não tem conseguido impedir novas invasões.

## OS IMIGRANTES

**U**esde as últimas décadas do século 19, e ao longo de todo o século 20, o Brasil conheceu um enorme crescimento demográfico. Quando se realizou o primeiro censo oficial, em 1872, a população brasileira era de 10.112 milhões de habitantes. Cem anos depois, era dez vezes maior e, hoje, 160 milhões de pessoas habitam nosso país.

Contudo, essa população cresceu muito lentamente até meados do século passado. No final do século 16, eram 100 mil habitantes, em números estimados; sessenta anos depois, cerca de 184 mil (é verdade que, antes da chegada dos portugueses, já havia cerca de 6 milhões de índios; mas aqui nos referimos apenas à população incorporada à sociedade colonial).

Na primeira metade do século 18, o crescimento foi mais significativo - alcançou 1,5 milhão de habitantes em 1750 -, estimulado pelas descobertas de ouro e diamantes. Essas descobertas impulsionaram também os deslocamentos internos, para o interior do continente - Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso -, criando condições para o maior contato entre populações antes isoladas.

Até então, os elementos formadores da população brasileira eram indígenas, africanos e portugueses -estes eram os únicos europeus que podiam entrar livremente no país, durante o período colonial.

## Fases da imigração

A entrada de estrangeiros passou a ser livre a partir de 1808: um decreto assinado por d. João VI, em 25 de novembro daquele ano, regulamentou a entrada dos primeiros colonos. O Brasil contava, então, com cerca de 4 milhões de habitantes.

Têm início, assim, as imigrações modernas para o Brasil, com o ingresso de homens e mulheres procedentes dos mais diversos países. No entanto, durante a primeira metade do século 19, chegaram menos de 12 mil imigrantes, em sua maioria suíços e alemães.

Em 1.808, 1.500 famílias de açorianos se estabeleceram no Rio Grande do Sul. A primeira colônia de imigrantes não-portugueses se formou no atual município de Nova Friburgo (Rio de Janeiro), em 1819, com cem famílias suíças do cantão de Friburgo.

Com incentivo do governo imperial de d. Pedro I, se estabeleceram colônias de alemães no Rio Grande do Sul, em 1824; no Paraná, em 1827; em Pernambuco, em 1828; em São Paulo e em Santa Catarina (com a criação da colônia São Pedro de Alcântara), em 1829, e também no Espírito Santo. Em 19 de dezembro de 1830, uma lei suprimiu os créditos para a imigração e algumas poucas experiências foram realizadas no reinado de d. Pedro II.

Foi a partir de 1850 que as imigrações se intensificaram. Nessa época, a grande expansão da lavoura cafeeira deu novo impulso à economia do país e criou condições para um desenvolvimento de tipo capitalista.

Ocorreu a dinamização das atividades financeiras, com o aumento dos bancos nacionais e a instalação de bancos estrangeiros, bem como a expansão das ferrovias e do telégrafo. Tudo isso coincidia com a interrupção do tráfico de escravos africanos, que representavam a principal fonte de braços para a lavou-

ra. A falta de mão-de-obra se intensificou progressivamente, levando grupos de proprietários de terras, com o apoio do governo, a arregimentar trabalhadores em outros países.

### Entrada de imigrantes desde o século 19

Período	Entrada de imigrantes
1851 a 1860	121.000
1861 a 1870	97.000
1871 a 1880	219.000
1881 a 1890	530.000
1891 a 1900	1.129.000
1901 a 1910	671.300
1911 a 1920	717.700
1921 a 1930	840.200

Na primeira década após a extinção do tráfico (1851-1860), entraram 121 mil imigrantes. Esse movimento cresceu nas décadas posteriores, mas foi nos dez anos seguintes à abolição do trabalho escravo que a imigração atingiu seu maior volume.

Nos anos seguintes, o fluxo migratório continuou sendo de grande importância, mas diminuiu consideravelmente durante a Primeira Guerra Mundial, para mais uma vez se intensificar na década de 1920, até a crise econômica mundial de **1929**.

Medidas adotadas durante o governo **de** Getúlio Vargas, na década de 30, fizeram a imigração estrangeira se reduzir aos níveis mínimos registrados em nossos dias.

**Procedência dos imigrantes e aspectos quantitativos**

Os imigrantes procediam de várias nações, freqüentemente fugindo de condições de vida difíceis em seu país de origem. A imigração portuguesa, quase exclusiva no período colonial, e praticamente interrompida nas décadas imediatamente posteriores à independência, foi retomada a partir de 1853. Entre 1884 e 1930, 1,2 milhão de portugueses se fixaram no Brasil, espalhando-se por todo o território nacional. Ao lado dos portugueses, a contribuição mais importante foi dos italianos. A maioria deles (861 mil) chegou ao Brasil apenas entre 1888 e 1898, ou seja, nos dez anos seguintes à abolição da escravatura. Os italianos preferiram os estados do Sul e do Sudeste, sobretudo São Paulo.

**Ingresso de imigrantes,  
por nacionalidade, até 1968**

Italianos	1.200.000
Espanhóis	694.000
Japoneses	233.500
Russos	109.500
Poloneses	47.800
Iugoslavos	23.100
Turcos	78.600
Sírios	21.500
Austríacos	86.200
Franceses	34.100
Húngaros	30.100

Os espanhóis representaram 12,5 por cento do total de imigrantes até 1968, estabelecendo-se principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Os japoneses que entraram no Brasil até 1968 correspondiam a 3,6 por cento do total de imigrantes. Os primeiros - eram 781 pessoas - chegaram em 1908; mas sua importância cresceu muito entre 1925 e 1935.

Além desses grupos principais, 16 por cento dos imigrantes vindos entre 1820 e 1968 (920 mil) provinham de várias outras nacionalidades.

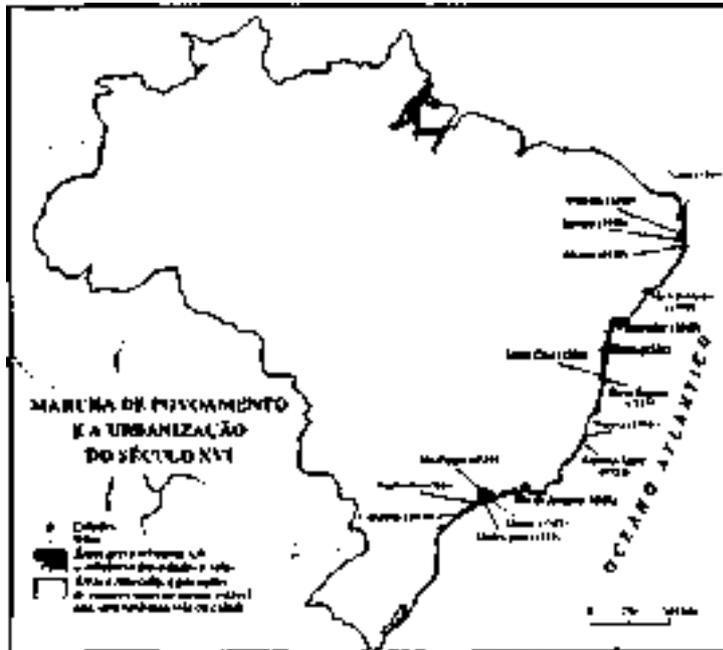
Os eslavos (russos, poloneses e iugoslavos) se fixaram preferencialmente no Paraná e no Rio Grande do Sul. Registram-se também turcos, sírios, austríacos, franceses e húngaros, além de inúmeras outras nacionalidades com participação menor. Entre estas, é preciso registrar a vinda de cerca de 12 mil norte-americanos, entre 1863 e 1939, dos quais cerca de 2 mil se fixaram na região de Santa Bárbara d'Oeste, em São Paulo, onde realizaram as primeiras plantações de videira do estado e difundiram o uso do arado.

Entre os imigrantes provenientes da Europa Oriental (Rússia, Ucrânia, Lituânia, Polônia e Romênia), era grande o número de judeus, fugindo das perseguições de que eram vítimas desde o final do século 19. Esse movimento se intensificou após a Primeira Guerra Mundial. A grande maioria deles se fixou na cidade de São Paulo.

### **Papel dos imigrantes na sociedade brasileira**

A imigração estrangeira desempenhou um papel da maior importância na história de nosso país, mas é preciso fazer algumas ressalvas. Em primeiro lugar, apesar do grande número de imigrantes - só entre 1850 e 1950

foram 5,5 milhões -, esse processo não foi aqui tão amplo quanto em outras partes da América.



Dos 56 milhões de imigrantes que entraram na América durante o século 19 e a primeira metade do século 20, cerca de 40 milhões foram para os Estados Unidos. A Argentina e o Canadá também receberam muitos imigrantes. Contudo, até a Primeira Guerra Mundial apenas 5,7 por cento deles haviam se dirigido para o Brasil. A longa duração do regime de trabalho escravo e a dificuldade de acesso à terra foram fatores que inibiram a imigração para nosso país ao longo do século passado.

Os milhões de imigrantes representaram uma contribuição demográfica importante para o país até 1930, mas não explicam a enorme expansão populacional ocorrida ao longo do século 20. A única explicação dessa explosão demográfica é o crescimento natural



da população, ou seja, a diferença entre a natalidade e a mortalidade.

**Não é na quantidade, mas sim na qualidade, que reside a maior contribuição dos imigrantes para a formação da sociedade brasileira.**

Os imigrantes estão diretamente associados à consolidação do trabalho livre no Brasil, em todas as regiões em que se estabeleceram, sob diferentes formas.

No Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Espírito Santo, os colonos constituíram uma nova classe de pequenos e médios proprietários agrícolas. Sobretudo nos estados do sul, os imigrantes de origem alemã e eslava se fixaram em colônias - pequenas comunidades agrícolas em que cada família cultivava sua própria terra.

A família era, assim, a unidade básica da produção. A variedade de cultivos alimentares, divergindo da tradição brasileira da monocultura, e seu caráter desbravador, de expansão da fronteira agrícola, permitiram que essas comunidades se desenvolvessem com relativa autonomia.

No plano cultural, esse processo teve amplas consequências. Muitas comunidades evitaram um envolvimento mais intenso com a sociedade local, preservando suas tradições originais, sua língua e sua religião. Isso pode ser verificado ainda hoje: há localidades em que as crianças, nascidas no Brasil, continuam a ser educadas no idioma dos primeiros imigrantes.

Particularmente nas colônias alemãs, os imigrantes deram continuidade às suas tradições religiosas (na maioria das vezes, o luteranismo), em um país que, durante o Império, teve o catolicismo como religião oficial; e mantiveram uma educação bilingüe.

Por outro lado, adotaram o Brasil como pátria - já que aqui haviam obtido sua própria terra - sem, contudo, es-

quecer a pátria antiga, sentimento bem expresso nos dizeres: "amor à nova pátria e fidelidade à velha mãe-pátria".

Os trabalhadores que se dirigiram para a lavoura de café formaram um importante proletariado rural, com características próprias. Nas grandes fazendas, conviveram com os trabalhadores brasileiros e inclusive, nas primeiras décadas da imigração, atuaram lado a lado com o escravo de origem africana.

Os imigrantes se fixaram também nas cidades, onde se dedicaram ao artesanato, ao comércio e à atividade industrial e estabeleceram pequenas fábricas, contribuindo fortemente para a urbanização do país. Além disso, formaram a maioria do nascente proletariado industrial brasileiro nos primeiros anos do século 20.

Em 1901, 90 por cento dos operários das fábricas de São Paulo eram europeus e, em 1913, 80 por cento dos trabalhadores na construção civil paulista eram italianos. Estes também predominavam na indústria têxtil, enquanto os espanhóis eram a maioria nos serviços portuários e os portugueses, no setor vidreiro.

### Operários têxteis em São Paulo em 1912

Italianos	6.044
Brasileiros	1.843
Portugueses	824
Espanhóis	338
Sírios	210
Alemães	50
Japoneses	13
Outros	862

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1912

Nos cafezais ou nas cidades, os imigrantes procuraram manter suas tradições, preservando o idioma, os hábitos alimentares e a lembrança de sua terra natal. Em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro ou Santos, alguns bairros foram predominantemente ocupados por imigrantes de uma nacionalidade específica. Muitos jornais operários eram editados em italiano.

Mas a imersão na sociedade brasileira criou condições para que, nesses casos, houvesse trocas culturais mais intensas do que as verificadas nas colônias do Sul. Os italianos, tal como os espanhóis, deram grande contribuição para a formação de uma tradição política, colocando o então nascente proletariado brasileiro em contato com idéias que norteavam a organização do já maduro proletariado europeu, sobretudo o anarcosindicalismo.

A presença maciça de trabalhadores estrangeiros em nossas principais cidades contribuiu para difundir a arte européia, graças a grupos teatrais e musicais formados por imigrantes.

No início do século, o cinema dava seus primeiros passos, mas já eram exibidos aqui diversos filmes italianos. A primeira exibição de um filme japonês aconteceu em 1929, na cidade de Bauru, com a fundação da Companhia Nipo-Brasileira de Cinema, resultado da forte presença nipônica no estado de São Paulo.

**INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS**

**ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1982.**

Esse relato do jesuíta italiano, que esteve no Brasil no início do século 18, é uma das mais importantes descrições da situação da colônia portuguesa na América naquele período. Antonil descreve minuciosamente as técnicas produtivas e as relações sociais envolvidas nas principais atividades econômicas: as técnicas de cultivo da cana-de-açúcar, do fumo e do algodão, os métodos de extração do ouro, a pecuária, os modos de vida do senhor de engenho e do escravo e as relações entre ambos. A 1ª edição apareceu em Lisboa, em 1711.

**BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo, Pioneira/Edusp, 1971.**

Uma das obras mais importantes sobre o tema, apresenta as formas adotadas pelos cultos africanos no Brasil e as transformações ocorridas em sua adaptação a uma sociedade escravista.

**BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central (eco-história do Distrito Federal)*. Brasília, Solo, 1995.**

Obra pioneira, trata do tema das relações entre sociedade e natureza na história colonial. Estuda o proces-

so de ocupação da região atualmente ocupada pelo Distrito Federal e seu Entorno, no estado de Goiás, abordando a utilização dos recursos naturais e seu impacto sobre o meio ambiente.

**BOXER, CR. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa, Edições 70, 1981.**

O historiador inglês Charles R. Boxer é uma das maiores autoridades no estudo da formação do império português ultramarino, na América, na África e no Oriente. O conhecimento dessa obra facultará ao leitor uma ampla visão desse processo.

**CEHILA - Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina (org.). *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes.**

Coletânea de estudos realizados por diversos especialistas no tema. Os ensaios abordam temas como a evangelização e as relações entre a Igreja e o Estado em diferentes períodos da história brasileira.

**CORTESÃO, Jaime. *O império português no Oriente*. Lisboa, Portugália, 1968.**

Um dos grandes nomes da historiografia portuguesa, Jaime Cortesão está entre aqueles autores, citados por mim neste livro, livres do ufanismo e da grandiloquência que durante décadas orientaram os estudos sobre as navegações portuguesas.

**DEAN, Warren. *A ferro e fogo (a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira)*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.**

O historiador norte-americano Warren Dean dedicou

grande parte de sua vida ao estudo da história brasileira, abordando diversos aspectos, como a história indígena e a história da industrialização. Essa sua última grande obra foi dedicada à história ambiental, propondo uma leitura da história do Brasil a partir da ocupação e da exploração da Mata Atlântica, desde os tempos coloniais. É uma das poucas obras, nessa área, disponíveis em português.

**FERLINI, Vera Lúcia A. *A civilização do açúcar*. São Paulo, Brasiliense, 1984.**

Pequeno livro de iniciação ao tema da produção açucareira e das relações sociais nos engenhos do Nordeste brasileiro no período colonial. Em linguagem muito simples, aborda temas como as técnicas de cultivo da cana e a produção do açúcar, bem como a organização dos engenhos. O leitor facilmente notará as constantes referências à obra de Antonil, aqui comentada.

**FERNANDES, Florestan. *A organização social dos tupinambá*. São Paulo, Difel, 1963.**

Florestan Fernandes foi um dos principais nomes da sociologia brasileira. Essa obra, publicada pela primeira vez nos anos 50, é um estudo muito importante das sociedades indígenas, especificamente os tupinambá, no primeiro século da colonização.

**FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, Record, 1992, 29ª edição.**

Publicada pela primeira vez em 1933, essa obra do sociólogo pernambucano é considerada um clássico nos estudos das relações raciais no Brasil. Focalizando especialmente a sociedade que se formou no Nordes-

te, Freyre apresenta uma visão amena das relações entre negros e brancos e a ele tem sido atribuída a formulação do mito da democracia racial no Brasil.

**GIACOMINI, Sônia Maria. *Mulher e escrava*. Petrópolis, Vozes, 1988.**

Em uma sociedade escravista e patriarcal, a condição de mulher e escrava resultava em dupla subordinação. É sobre esse tema que se debruça a historiadora Sônia Maria Giacomini, estudando a situação da mulher escrava como trabalhadora e como mãe e discutindo as peculiaridades da "família escrava".

**HOLANDA, Sérgio B. de (org.). *História geral da civilização brasileira*, 11 volumes. São Paulo, Difel, 1960/1984.**

Obra de consulta indispensável para quem se interessa pela história do Brasil. Reúne ensaios de dezenas de autores, tratando de diversos aspectos da história brasileira. Está organizada em ordem cronológica: os dois primeiros volumes são dedicados à Colônia, os cinco seguintes ao Império e os quatro últimos (organizados por Bóris Fausto), à República.

**----- . *Raízes do Brasil*, São Paulo, Cia. das Letras, 1995.**

Ensaio fundamental de interpretação da sociedade brasileira, publicado pela primeira vez em 1936, conserva ainda hoje grande importância. Sérgio Buarque analisa a sociedade brasileira tendo em conta as particularidades da colonização ibérica.

**HOORNAERT, Eduardo. *A Igreja no Brasil-colônia (1550-1800)*. São Paulo, Brasiliense, 1982.**

Pequena obra de iniciação ao tema. O autor é um dos

colaboradores da obra maior sobre a *História da Igreja no Brasil* (Cehila), citada acima.

**INÁCIO, Inês da Conceição & DE LUCA, Tânia Regina. *Documentos do Brasil colonial*. São Paulo, Ática, 1993.**

Instrumento de trabalho muito útil para professores. Reúne documentos de época, relacionados com processos importantes da história colonial: as navegações portuguesas, as primeiras viagens ao Brasil, a presença holandesa, o Nordeste açucareiro, a mineração de ouro e os povos indígenas, entre outros.

**LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro, Forense, 1948.**

Esse estudo, com mais de cinquenta anos, ainda é importante para o tema dos vínculos entre as relações sociais no campo e as práticas políticas. Muito útil para as discussões sobre a ausência ou a incompletude da cidadania no Brasil.

**MARANHÃO, Ricardo. *Brasil - História: texto e consulta*. São Paulo, Brasiliense, 4 vols.**

Coletânea de ensaios voltada para alunos do 2º grau, abordando diferentes dimensões da história brasileira. O primeiro volume trata da Colônia; o segundo, do Império; e os dois últimos são dedicados à República, até o final do governo Vargas, em 1954. A edição mais recente é da Editora Hucitec.

**MELLATI, Júlio César. *Índios do Brasil*. Brasília, UnB, 1993.**

Estudo introdutório e muito útil sobre as sociedades indígenas brasileiras: a história das relações interétni-

ças, a diversidade dos grupos indígenas, sua organização social e os grupos lingüísticos.

**MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra* São Paulo, Brasiliense, 1984.**

**----- . *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.**

Essas duas obras de Clóvis Moura, um dos principais especialistas no tema, oferecem uma ampla visão dos movimentos de resistência negra no Brasil, na Colônia e no Império, no campo e nas cidades.

**NOVAES, Fernando A. (coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 4 vols., 1997/1998.**

Coletânea de ensaios abordando a história do Brasil, da Colônia à República, por meio dos costumes, dos hábitos cotidianos e das mentalidades.

**PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.**

Ao lado de *Casa Grande & Senzala* e de *Raízes do Brasil*, este livro, cuja primeira edição é de 1942, é uma das interpretações clássicas da formação da sociedade brasileira surgidas na primeira metade do século 20, servindo até hoje como referência para os estudiosos.

**QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo, Dominus, 1965.**

Livro clássico para o estudo dos movimentos messiânicos no Brasil.

**SOUZA, Laura de Mello e.** *Desclassificados do ouro (a pobreza mineira no século 18)*. Rio de Janeiro, Graal, 1990, 3ª edição.

A formação, as condições de vida e o papel que desempenhava na sociedade colonial a camada de homens livres despossuídos que se formou com a expansão da sociedade mineradora, no século 18, é o tema principal desse livro.

De minha parte, **Victor LEONARDI**: os temas que tratei brevemente neste livro foram abordados minuciosamente em outras obras de minha autoria:

*História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*, que escrevi com Francisco Foot Hardman. Foi lançado pela editora Global, em 1982, e reeditado pela Ática, em 1991.

*Entre árvores e esquecimentos (história social nos sertões do Brasil)*. Editado pela EDUnB e pela Paralelo 15, em 1996.

*Os historiadores e os rios (natureza e ruína na Amazônia brasileira)*. Editado pela EDUnB e pela Paralelo 15.

*Os navegantes e o sonho*, que está sendo preparado para publicação, trata da presença do Oriente na história do Brasil, desde os tempos coloniais, em consequência das linhas regulares de comércio e navegação que ligavam Lisboa à Índia, com escalas na Bahia e no Rio de Janeiro.

## FILMES E VÍDEOS: SUGESTÕES

### ***Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade***

Aborda a Inconfidência Mineira, discutindo particularmente o papel dos intelectuais nela envolvidos, em contraste com a atuação de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. O filme utiliza passagens dos Autos da Devassa da Inconfidência e poema de Cecília Meireles.

### ***Zumbi dos Palmares e Ganga Zumba, de Carlos Diegues***

Estes dois filmes abordam eventos e personagens envolvidos na história do principal quilombo de que se tem registro: Palmares.

### ***Raça negra, de Nilson Araújo***

Documentário produzido em vídeo, procura apresentar a atual situação do negro na sociedade brasileira, mesclando imagens de arquivo, entrevistas de rua e depoimentos de intelectuais e ativistas do movimento negro.

### ***Tenda dos Milagres, de Nelson Pereira dos Santos***

Longa-metragem inspirado em romance homônimo de Jorge Amado, retrata o sincretismo religioso presente na sociedade baiana.

***Na rota dos orixás, de Renato Barbieri***

Esse média metragem (para o qual fiz a pesquisa e redigi o roteiro), apresenta aspectos dos vínculos religiosos que unem o Brasil à África, particularmente o culto ao vodu, praticado principalmente no Maranhão (mas também em outros estados brasileiros), com origem na costa ocidental da África, na região do atual Benin. Além disso, o filme vai ao encontro dos descendentes de ex-escravos brasileiros que, depois de libertados, retornaram para a África.

***Brincando nos campos do Senhor, de Hector Babenco***

Longa-metragem de ficção produzido nos Estados Unidos e rodado na Amazônia, narra uma história em que está presente toda a complexidade das relações entre índios e não-índios na atualidade.

***Deixem viver os Yanomami, de André Luís Cunha***

Esse documentário em vídeo registra a manifestação ocorrida em Brasília, no ano de 1988, que reuniu representantes de quase todos os povos indígenas do Brasil em solidariedade ao povo ianomami, cujas terras estavam sendo invadidas e destruídas por garimpeiros.

***Anchieta, José do Brasil, de Paulo César Sarraceni, e República Guarani, de Sílvio Back***

Discutem, sob diferentes pontos de vista, a atuação dos jesuítas no Brasil-colônia.

***Gaijin - caminhos da liberdade, de Tizuka Yamazaki***

Apresenta a saga dos imigrantes japoneses no Brasil.

***Os libertários*, de Lauro Escorei**

Documentário que retrata as condições de vida e trabalho dos operários brasileiros nas primeiras décadas do século 20.

***Cabra marcado para morrer*, de Eduardo Coutinho, e  
*Vidas secas*, de Nelson Pereira dos Santos**

Ambos abordam a questão agrária no Brasil. O primeiro é um documentário e registra, portanto, fatos e personagens reais. O segundo se baseia em romance homônimo de Graciliano Ramos.

## FONTES DAS ILUSTRAÇÕES

- Capa *Terra Brasilis*, mapa de Lopo Homem, Pedro e Jorge Reinei, publicado no *Atlas Miller* (1515-1519). Extraído de: *Imaginário do Novo Mundo*, de Ana Maria de Moraes Bellu/.o (org.). São Paulo, Fundação Odebrecht, 1994, p. 68.
- 9 Gravura de Rugendas (1835). Acervo da Biblioteca Municipal de São Paulo, São Paulo.
- 10 *Enciclopédia Abril*. São Paulo, Abril Cultural, 1978. Vol 8, p. 280.
- 12 Gravura de L.T. de Bry, in *Primeiro viajante*, Hans Staden. São Paulo, Difusão Nacional do Livro, s/d, p. 8.
- 14 Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. *In Grandes Personagens da Nossa História*. São Paulo, Abril Cultural, 1969. Vol. 1, p. 166.
- 16 Gravura de L.T. de Bry, in *Primeiro viajante*, Hans Staden. São Paulo, Difusão Nacional do Livro, s/d, p. 17.
- 22 *Viagem à Terra do Brasil*, Jean de Lery. 1578. In *Náufragos, traficantes e degredados*, Eduardo Bueno. Rio de Janeiro, Objetiva, 1998, p. 77.
- 29 Gravura de Rugendas (1835). Acervo da Biblioteca Municipal de São Paulo, São Paulo.
- 34 *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*, K.F.P. von Martius & J. B. von Spix. São Paulo, Melhoramentos, 1968, p. 77.
- 46/47 *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*, Laura de Mello e Souza (org.). São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 18-19.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, Bloco L, sobrelejo, sala 108 CEP 70047-900  
Cidade Postal 9659 - CEP 70001-970 - Brasília, DF  
Fone: (060) 410.9138  
e-mail: [seed@seed.mec.gov.br](mailto:seed@seed.mec.gov.br)  
Internet: <http://www.mec.gov.br/seed/tescola>